

Partilhas afrodiaspóricas sobre arquitetura, urbanismo e racialidade

Gabriela Leandro Pereira¹ (UFBA, Brasil)

gabrielagaiaa@gmail.com

- ¹ Gabriela Leandro Pereira (Gaia) é professora adjunta da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, coordenadora da linha Presença Negra na Produção da Cidade do Grupo de Pesquisa Lugar Comum. Pesquisadora Associada no PPGAU-FAUFBA. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Espírito Santo, possui mestrado em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU-Universidade Federal da Bahia e Doutora em Arquitetura e Urbanismo do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. urbano e ambiental, história da arquitetura, história das cidades e do urbanismo no Brasil, América Latina, e na diáspora africana.

Partilhas afrodiaspóricas sobre arquitetura, urbanismo e racialidade

Resumo: O texto visa articular autores e pensamentos do debate afrodiaspórico do campo da arquitetura, urbanismo e planejamento urbano. Três ideias-guias estão presentes neste trabalho: correção de nacionalidade, segundo Beatriz Nascimento; histórias espaciais, segundo Katherine McKittrick; evidência racial, segundo Irene Cheng, Mabel O. Wilson e Charles Davis II. Tais conceitos se entrelaçam com temáticas que vão desde quintais e fontes ao surgimento de favelas e arranha-céus, com o intuito de revelar a indissociável e inescapável relação entre os dispositivos de racialidade, segundo Sueli Carneiro, e a produção da cidade.

Palavras-chave: Arquitetura, Urbanismo, Racialidade, Afrodiáspora, Histórias espaciais.

Afrodiasporic shares on architecture, urbanism and raciality

Abstract: *This paper aims to articulate authors and his thoughts from the Afrodiasporic debate in architecture, urbanism, and urban planning research. Three guiding ideas are present in this article: nationality correction, according to Beatriz Nascimento; spatial histories, according to Katherine McKittrick; racial evidence, according to Irene Cheng, Mabel O. Wilson, and Charles Davis II. These concepts are interwoven with themes ranging from backyards and fountains to the emergence of favelas and skyscrapers, to reveal the inextricable and inescapable relationship between the devices of raciality, according to Sueli Carneiro, and the production of the city.*

Keywords: *Architecture, Urbanism, Raciality, Afro-diaspora, Spatial histories.*

1. Introdução

Minha proposta para o debate da decolonialidade e pensamentos não hegemônicos parte da aproximação desses com os estudos raciais. Na Universidade Federal da Bahia (UFBA), coordeno o Grupo de Estudos “Corpo, discurso e território” e, em julho de 2021, realizamos a segunda edição do “Partilhas Transatlânticas”¹. A atividade tem como intenção construir diálogos transatlânticos ou afrodiaspóricos, visando refletir acerca de questões espaciais e de uma geograficidade conectada e dilatada pela diáspora africana. Entendemos as cidades brasileiras enquanto constituídas a partir da dinâmica de controle inaugurada pela colonização e pela escravização, mas também atravessadas por fugitividades e por gestos de emancipação que não se resumem a interdição e violência colonial. Em nossos estudos, temos valorizado o diálogo com pesquisadores, arquitetas e arquitetos, artistas, urbanistas do continente africano e da diáspora, pela importância em atualizar esses diálogos nos seus respectivos e distintos contextos.

Esses cinco dias de evento, com participação de pensadoras e pensadores de Cabo Verde, África do Sul, Inglaterra, Estados Unidos e do Brasil, suscitaram muitas questões, algumas delas consideradas aqui. Logo, o objetivo desta comunicação é refletir acerca da decolonialidade, em perspectivas afrodiaspóricas. Esse tema tem sido muito importante para o grupo de estudantes que vem se debruçando sobre o assunto na Faculdade de Arquitetura da UFBA e na coletiva Terra Preta Cidade², outro espaço em que eu construo conversas sobre as cidades, a partir dessas perspectivas sobretudo diaspóricas.

2. Que vidas são essas salvaguardadas e que vidas são essas negligenciadas?

Segundo as pesquisas que temos desenvolvido, é preciso pensar essa chave decolonial como uma chave que estrutura um pensamento e que coloca em evidência as violências históricas que constituíram a base de muitos dos nossos pensamentos científicos, acadêmicos, mas não apenas isso. Sueli Carneiro (2005), filósofa brasileira, aborda, em sua tese intitulada “A construção do outro como não-ser como fundamento do ser”, a existência do sujeito matável e, sobretudo, a construção desse sujeito de pele negra sob o signo da morte. Relação essa extremamente imbricada na concepção dos signos da vitalidade sobre os quais os corpos brancos estão inseridos em nosso país.

- 1 Mais informações sobre o evento podem ser consultadas no endereço: <https://padlet.com/gcorpodiscursoterritorio/partilhastransatlanticas2>
- 2 Para mais informações sobre a Coletiva Terra Preta Cidade acessar: <https://sites.google.com/view/terrapretacidade/>

Por isso, pensar desde a América Latina, estruturada e situada nesse contexto ainda mais específico, do Brasil, pressupõe um olhar crítico para nossas histórias sociais, políticas e econômicas. É importante lembrar que neste Sul global estamos inseridas e inseridas de formas distintas nesses territórios. A racialidade é uma questão indissociável e impossível de ser ignorada, especificamente nesse debate. Sobretudo porque, retomando Carneiro (2005), nas sociedades como a nossa, de histórico escravista e onde o colonialismo estrutura suas relações, o racismo, enquanto tecnologia é o que faz com que a violência perdure, atualizada nas novas dinâmicas do capital.

Logo, convém investigar quais são os lugares e sujeitos matáveis e quais são os lugares e sujeitos que o próprio Estado se presta a salvaguardar. Que vidas são essas salvaguardadas e que vidas são essas negligenciadas? Proponho três questões, a partir de discussões que levamos ao “Partilhas transatlânticas”: i) a ideia de correção de nacionalidade; ii) histórias espaciais e iii) evidências raciais.

3. Correção de nacionalidade

A primeira delas, “correção de nacionalidade”, trago a partir do que defende Beatriz Nascimento (1985), historiadora brasileira. Essa pensadora, cuja produção mostra-se extremamente relevante, dedica-se a um pensamento espacial vinculado às suas elaborações sobre nossa estrutura social e sobre a história brasileira. Segundo Nascimento (1985), a história do Brasil, a história do negro no Brasil — mas não só a do negro — carece de uma correção de nacionalidade, por ter sido construída pautada em perspectivas extremamente brancocêntricas e distorcidas, insuficientes para entender ou para abarcar, por exemplo, a presença negra no Brasil em uma perspectiva temporal significativamente alargada.

Beatriz Nascimento tem sido — ao lado de Paul Gilroy, autor do livro *Atlântico Negro* (2019) — uma referência teórica importante para o Grupo devido ao conceito de transatlanticidade. Nascimento (2018) enfatiza a necessidade de se pensar a história do negro no Brasil anteriormente à escravização e para além dela. O ato de violência não encerra a história do negro. A experiência do Atlântico é para Nascimento o fundamento dessa presença no Brasil, conectando os dois continentes e estabelecendo uma possibilidade de refazimento. Ainda segundo Nascimento (2018), o Atlântico possui uma dimensão transcendental, que extrapola o mar apenas como lugar de navegação. A kalunga grande, como era chamado, desloca mais que corpos em travessia.

Preendo evidenciar como as disciplinas de arquitetura, urbanismo e história das cidades se relacionam com essas ideias.

Trago para a conversa a cidade de Santa Leopoldina, onde nasceu meu avô — que atualmente está com cem anos de idade —, localizada na região serrana do Espírito Santo. Conhecida pelas suas histórias imperiais — porque Dom Pedro II visitou a cidade — e pela imigração italiana, alemã, suíça, austríaca, pomerana, entre outras, desde meados do século XIX, devido à política imigrante que estabeleceu as colônias agrícolas como caminho para o desenvolvimento agrário e ocupação de terras. Foram complexos e precários os modos como esse arranjo se deram, mas seu resultado foi a permanência dos imigrantes nessas terras. Na região, antes da chegada dos colonos, existiam também fazendas de brasileiros ou portugueses, com negros escravizados e indígenas. Após essa política de terras que concedeu aos imigrantes o título das terras, forjou-se uma narrativa em torno dessa região que eliminou tudo aquilo que escapa à história da presença dos imigrantes europeus. A cidade de Santa Leopoldina e demais cidade do entorno, por exemplo, são conhecidas como a Suíça capixaba, ou os Alpes capixabas. Esse gesto de trazer para a centralidade elementos característicos de um imaginário europeu tem muito a ver com a construção de uma ideia de cultura nacional, que durante as primeiras décadas do século XX ganhou força e respaldo do pensamento racial em voga no século XIX na Europa e nos Estados Unidos.

As ideologias eugênicas, da degenerescência racial e da poligenia são perspectivas que denunciam a forma como a presença de africanos ou negros mestiços, crioulos, indígenas é encarada pela sociedade brasileira. Alimentar uma política de imigração e de distribuição de terras para a população que migrava para o estado do Espírito Santo, vinda de países específicos da Europa era uma resposta. O branqueamento do território e a interdição do acesso da população negra e indígena à terra provoca empobrecimento e migração dessa população para a capital, Vitória. Lá, em condições muito precárias, constroem modos de vida possíveis, visto que nunca existiu uma política de terras voltada para essa população. Nunca houve uma política de inclusão na cidade que fosse voltada para esses moradores, para essa população que migrou das regiões serranas e de outras áreas produtoras agrícolas em função da distribuição de terra para os colonos europeus.

Pensar as correções de nacionalidade e acionar um olhar crítico às histórias contadas é importante, porque são gestos que revelam muito sobre como nossos patrimônios são eleitos e constituídos. Quais elementos são valorados e sua relação com o acesso ou interdição à terra, por exemplo? A ausência de políticas urbanas nos centros urbanos resultou em condições distintas e em desiguais de acesso às cidades, assim como do reconhecimento

de diferentes grupos étnicos, políticos e sociais que coabitam as nossas cidades até os dias de hoje.

4. Histórias espaciais

Dando sequência, recorro a Katharine Mckittrick, geógrafa afro-canadense que tem trabalhado um encontro entre a geografia humana e os estudos raciais, ou *Black studies*. Katharine (2007) aciona também outros campos, com literatura e música, para elaborar sobre histórias espaciais em múltiplas linguagens.

Katharine, aproximando-se especialmente da literatura de ficção e da poesia, faz referência a Silvia Winter e a Dionne Brand, escritoras negras e caribenhas que migraram para o Canadá, relevando a migração como algo próprio e pertencente à constituição do seu pensamento afro diaspórico desde o Norte, onde reside. Pensar o lugar das histórias raciais significa pensar na construção de uma gramática espacial urbana, colocando em xeque epistemologias eurocêntricas e brancocêntricas. Elaborar “outras” cartografias, “outras” narrativas, “outras” gramáticas espaciais pressupõem construir um repertório múltiplo de conversas, conferindo legitimidade, abrindo espaço para outras formas e textualidades que não apenas aquelas dos escritos e grafismos acadêmicos o canônicos.

É importante considerar o lugar das histórias espaciais, presentes na literatura e em outras expressividades culturais, como na oralidade das conversas com os mais velhos. Menciono, como exemplo, um fragmento do trabalho do Gustavo Santiago, estudante de mestrado da Faculdade de Arquitetura da UFBA, produzido para o evento “Partilhas transatlânticas”, a partir dos jardins, do quintal e da fonte que existem na casa da sua avó, em Itapuã, no município de Salvador³.

A partir do jardim, da fonte e do quintal, Gustavo Santiago elabora um mundo de relações. Seu avô, que era mestre de obras, construiu boa parte das casas da comunidade à qual pertencia, em Itapuã. São casas não mapeadas e não identificadas nos documentos oficiais, cartografias, planos e projetos que informam sobre o processo de urbanização do bairro. A história material de Itapuã preserva, na relação estabelecida entre moradores e os recursos naturais existentes, uma dinâmica que não opera no determinismo pragmático imaginado e almejado pelos projetos modernos de cidade.

Dona Maria da Fonte, como é conhecida sua avó, por ser guardiã da fonte no quintal, é uma presença que nos inspira a avançar em investigações

3 O trabalho “As plantas da casa de minha avó”, de Gustavo Santiago (2021), pode ser acessado em : <https://www.youtube.com/watch?v=Bmx2PqZrNdE&t=195s>

que se ocupem em trabalhar questões como: a relação entre o quintal e a rua; o cultivo do jardim a partir de mudas, sementes e trocas conquistadas ou doadas por moradores do entorno e outras regiões da cidade; da organização familiar e comunitária que acolhe no quintal, no pavimento de cima, nos fundos aquelas e aqueles que integram uma rede de cuidado e afeto; da construção familiar e coletiva de estratégias de sustento que extrapolam a lógica e as relações espaciais pautadas pelo binarismo público e privado; a inadequação da legislações e dos modelos de parcelamento do solo urbano oriundos de um racionalismo euclidiano e os modos criados pelos moradores, como Dona Maria, para subvertê-las e criar lógicas próprias. São soluções, criações e modos de lidar com o espaço habitado que se realizam com e apesar das infraestruturas e tecnologias instaladas, quase sempre incompletas, insuficientes e precárias.

As histórias espaciais de Dona Maria falam de saberes que ela trouxe para Salvador lá de seu interior, que foi cultivando no cotidiano, nas relações que estabeleceu na cidade, mas que são muito mais próximas daquelas cultivadas pelos afro-indígenas e seus descendentes do que daquelas próprias da dinâmica urbana e cultural da cidade grande. Em alguma medida, esse território urbano de hoje, de Itapuã, ainda resguarda nas mulheres mais velhas do bairro muito desse território que tem na relação com a terra e com as águas o seu fundamento.

Retomo, assim, Beatriz Nascimento (1981), que destaca a terra como fundamento dentre as principais características do quilombo no Brasil. O quilombo é entendido por ela como um sistema social alternativo, organizado pelos negros, que coexistiu com a cidade colonial. Essa perspectiva não tem sido muito estudada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo tanto quanto se estuda as cidades coloniais, no entanto, coadunamos com Beatriz Nascimento, que tais sistemas alternativos são estruturantes das cidades brasileiras. Os aquilombamentos são arranjos polimorfos, distintos em termos de tamanhos e de dinâmicas, cujas informações estão pouco presentes no repertório acadêmico do ensino de arquitetura, urbanismo e planejamento. Como perceber sua expansão ou suas reminiscências, dinâmicas, relação com a terra e sociabilidade dessas formas de construir espaços habitados nestes termos? Segundo Leda Maria Martins (1997), é o banto que civiliza o Brasil, não o português. Ao se inverterm as lentes, as epistemologias que escapam às hegemônicas começam a raiar no horizonte.

5. Evidências raciais

O terceiro ponto consiste em voltar o olhar para as arquiteturas, para os projetos, para os planos urbanísticos oficiais hegemônicos, compreendendo-os

como inseridos em um evento racial. Não há um “fora”. O evento racial inaugurado pela modernidade, com a economia da escravização (SILVA, 2019), e o dispositivo da racialidade, que nos apresenta Sueli Carneiro (2005), operam na direção de salvaguardar corpos brancos sob o signo do vitalismo. Quando voltamos o olhar para a produção hegemônica de arquitetura e do urbanismo e a percorremos, guiada por trajetos como o que fiz em minha tese, intitulada “Corpo, discurso e território”⁴ (2015), em diálogo com os deslocamentos e escritos da escritora mineira Carolina Maria de Jesus, encontramos a confluência do pensamento racial, da interdição de acesso à terra — em áreas rurais ou nas urbanas — e o surgimento de favelas e periferias.

No caso específico da favela do Canindé, onde Carolina Maria de Jesus morou durante alguns anos da sua vida, ela foi organizada e desenhada pela municipalidade. Na ocasião do desmonte de cortiços no centro da cidade, onde a escritora morava, ela se uniu a outros moradores que ficariam sem teto para pleitear junto ao poder público um lugar para moradia. Foram encaminhados para as margens do rio Tietê onde os pelos técnicos da municipalidade definiram as ruas, mediram e distribuíram os lotes, forjando assim a existência da favela em uma área que seria, posteriormente, desfavelada, não apenas devido às frequentes enchentes do rio, mas para abrir caminho para a execução do projeto de retificação do Tietê nesse trecho, previsto há muitas décadas. Esse é um exemplo de uma inserção precária e paliativa, orquestrada pelo poder público para despejar pessoas pobres e negras que seriam removidas da área central da cidade. Como não encontrar evidência racial nesse gesto instituído pelo Poder Público?⁵ A forma como o pensamento racial se estrutura no Brasil, articulado com as políticas de terras e a especulação imobiliária, culmina na interdição ao acesso à cidade, processo que se torna incompleto e impreciso se analisado descolado fora do evento racial.

6. Considerações finais

Para finalizar, trago uma última referência a partir dos Estados Unidos, cujos processos de urbanização diferem dos realizados no Brasil, assim como também são distintos os caminhos que envolvem a segregação racial, mas que contribuem para pensar a imbricada relação entre arquitetura, urbanização e pensamento racial. A pesquisadora e professora da Universidade de Chicago, Adrienne Brown, é autora do livro *The Black Skyscraper* (2017) e foi uma

4 Disponível em: http://anpur.org.br/wp-content/uploads/2019/05/tesepr%C3%AAmioANPUR.Pereira_306p_digital.pdf

5 Os pormenores desse raciocínio são apresentados na tese já mencionada.

das convidadas para o evento “Partidas Transatlânticas”. No livro, ela elege o arranha-céu, esse objeto inegavelmente arquitetônico e a princípio fora de quaisquer perspectivas racializadas — ao menos nos modos como tem sido abordado pelos estudos de arquitetura. Brown destaca, no entanto, que a existência do arranha-céu impactou significativamente a percepção racial nos Estados Unidos, demandando que se reelaborem os argumentos raciais.

A segregação racial demandava segregar sujeitos a partir da sua característica ou diferenças raciais. Confinar em guetos ou definir lugares específicos da cidade nos quais a “população de cor” poderia transitar e residir eram atribuições da legislação urbanística estadunidense. Durante um bom tempo, a proibição da convivência entre grupos étnicos distintos, sobretudo brancos e não-brancos, orientou a política urbana no país. O surgimento do arranha-céu altera esse princípio, uma vez que ele insere diferentes sujeitos no mesmo edifício, pois para que funcione, demanda funcionários em cargos distintos, desde os mais subalternos, ocupados majoritariamente pela população não-branca, aos mais altos, majoritariamente ocupados pela população branca.

A segregação racial urbana, endossada por muitos planejadores e teóricos estadunidenses, teria que repensar seus termos, uma vez que o arranha-céu colocaria em proximidade física grupos étnicos distintos. O funcionário que trabalhasse no elevador poderia ficar perto de uma mulher branca por minutos inimagináveis naquele contexto. O arranha-céu trouxe para a realidade relações até então inadmissíveis. A percepção racial do outro, visto do vigésimo andar, também seria afetada. Diferentemente dos edifícios de três ou quatro pavimentos, passaria a ser impossível distinguir os transeuntes do alto do arranha-céu. Símbolo da modernização das grandes cidades e feito tecnológico com o qual somos tão habituados a lidar enquanto uma presença nas nossas historiografias da arquitetura e nas paisagens dos grandes centros urbanos, ele está inteiramente inserido em um debate em torno do pensamento racial e sua existência exigirá de acadêmicos, gestores, políticos e artistas, reformulações.

Os três aspectos que escolhi compartilhar tiveram como intuito defender que não há um “fora” no qual a discussão, o pensamento e a prática de arquitetura, urbanismo e planejamento esteja. Não há uma criação estética, posicionamentos éticos ou elaborações estéticas que não estejam transpassadas pelo dispositivo da racialidade do qual Sueli Carneiro nos fala (2005). Ele estrutura as nossas cidades, nossas práticas disciplinares, apesar de nem sempre serem lidos ou revelados em seus termos. Revelar as evidências raciais me parece uma grande pista e uma grande urgência na qual acho que a

partir dessas três pinceladas de possibilidades sobre as quais busquei refletir podem, quem sabe, suscitar outros trabalhos e outras pesquisas sobre o tema.

Referências

BROWN, Adrienne R. *The black skyscraper: architecture and the perception of race*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2017.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (doutorado) – Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

CHENG, Irene; DAVIS II, Charles L; WILSON, Mabel O. Field Note, “Racial Evidence” (2017). **Journal of the Society of Architectural Historians** (2017) vol. 76 issue 4., 2017.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2. Ed. 2012 (2ª Reimpressão - 2019).

MCKITTRICK, Katherine. Freedom is a Secret. *In*: MCKITTRICK, Katherine; WOODS, Clyde (orgs.). **Black Geographies and the Politics of Place**. Toronto: Between the Lines, 2007. p. 97-114.

MARTINS, Leda Maria. **O reinado do rosário no Jatobá**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997.

NASCIMENTO, Beatriz. Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros: dos quilombos às favelas. Relatório narrativo final (mimeo), 1981. - *In* RATTIS, Alex. Eu sou atlântica sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. **Imprensa Oficial do Estado de São Paulo**. Instituto Kuanza. São Paulo, 2006.

PEREIRA, Gabriela Leandro. **Corpo, Discurso, Território: cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus**. São Paulo: ANPUR; Salvador: PPGAU/UFBA, 2029.

SILVA, Denise Ferreira da. **A Dívida Impagável**. São Paulo: Oficina de Imaginação Política e Living Commons, 2019.

Como referenciar

PEREIRA, Gabriela Leandro. Partilhas afrodiaspóricas sobre arquitetura, urbanismo e racialidade. **Arcos Design**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, Fevereiro 2021, pp. 37-47. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/arcosdesign>.

DOI: <https://www.doi.org/10.12957/arcosdesign.2021.66308>



A revista Arcos Design está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição – Não Comercial – Compartilha Igual 3.0 Não Adaptada.

Recebido em 24/11/2021 | Aceito em 17/12/2021